

## **Anunciando a morte nos sertões: obituários e prestígio social em periódicos do século XIX (Sertões do Rio Grande do Norte, 1867-1897)**

*Announcing death in the sertões: obituaries and social prestige in 19th century periodicals (Sertões of Rio Grande do Norte, 1867-1897)*

Fabiana Alves Dantas,<sup>1</sup> UFRN

### **Resumo**

Um dos aspectos estudados na história da morte diz respeito às diferenças observadas nas práticas fúnebres de diferentes segmentos sociais. Partindo disso, neste artigo, investiga-se como a publicação de obituários na imprensa periódica foi utilizada, na segunda metade do século XIX, como espaço de reforço do prestígio social de determinados segmentos no recorte espacial dos sertões do Rio Grande do Norte. Para tal, mobilizam-se referências da história da morte no Ocidente (Ariès, 2012; Schmitt, 2023; Vovelle, 2010;), bem como no Brasil (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; 2005; Schmitt, 2022, dentre outros) e Rio Grande do Norte (Santos, 2011; 2013), além do embasamento sociológico sobre a noção de prestígio social, aqui utilizada em sua relação com a morte (Morais, 2020). Observou-se, portanto, a intenção de distinção social com o uso de estratégias discursivas que, de diferentes modos, reforçam a imagem de prestígio do morto e sua família.

**Palavras-chave:** História da Morte; Obituários; Prestígio Social.

### **Abstract**

One of the aspects studied in the history of death concerns the differences observed in funeral practices among different social segments. So, this article investigates how the publication of obituaries in the periodical press was used, in the second half of the 19th century, as a space to reinforce the social reputation of certain segments in the spatial cutout of sertões of Rio Grande do Norte. To this, references from the history of death in the West (Ariès, 2012; Schmitt, 2023; Vovelle, 2010;), as well as in Brazil (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; 2005; Schmitt, 2022, among others) and Rio Grande do Norte (Santos, 2011; 2013) are mobilized, in addition to the sociological basis on the notion of social prestige, used here in its relation to death (Morais, 2020). Therefore, it is worth noting the intention of social distinction through the use of discursive strategies that, in different ways, reinforce an image of prestige of the deceased and his/her family.

**Keywords:** History of Death; Obituaries; Social Prestige.

### **Introdução**

Escrever sobre a morte a partir de uma perspectiva histórica tornou-se possível com as reflexões propostas ao longo do século XX, especialmente no âmbito da então chamada História das Mentalidades. Kelly Chaves Tavares (2019) escreve que, nessa fase, historiadores europeus passaram a investigar “o imaginário coletivo cristão sobre a morte no

<sup>1</sup> Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: fabiana.dantas03@gmail.com.

período medieval, moderno e no pós-Revolução Francesa” (Tavares, 2019, p. 130), podendo-se citar como notórios exemplos disso os franceses Michel Vovelle e Philippe Ariès. Ainda segundo Tavares (2019), com a Nova História, um novo destaque passou a ser as representações do além-túmulo. Com isso, pode-se reconhecer uma diversidade de abordagens possíveis para entender a morte como um objeto de investigação histórica. Michel Vovelle, por exemplo, indicava em texto publicado originalmente em 1985 que via a morte como uma invariante “ideal e essencial na experiência humana” (Vovelle, 1991, p. 128), embora a reconhecendo como histórica, isto é, percebendo que as relações dos humanos com ela alteram-se ao longo do tempo, bem como a maneira como ela nos afeta.

Diante de tais contribuições que lançaram luz sobre a relevância da morte como objeto da historiografia, o assunto passou também a ser de interesse para historiadores do Brasil. Assim, na historiografia brasileira, o tema tem recebido atenção especialmente a partir da publicação de “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX” (1991), relevante trabalho do historiador baiano João José Reis, hoje reconhecido como uma referência fundamental aos estudos que versam sobre a história da morte nesse país.

Existem alguns consensos presentes nas pesquisas que versam sobre esse campo de estudos, destacando-se o reconhecimento de um tipo de interdição da morte ao longo do século XX, quando ela passa a ser um tema tabu (Schmitt, 2023, p. 15). Também se nota nos estudos da área a existência de apontamentos no que concerne às diferenças observadas nas práticas relacionadas à morte em diferentes segmentos sociais, o que pode ser observado, a título de exemplo, no estudo clássico “História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias” (2012), de Philippe Ariès, publicado originalmente em 1977. Nele, o autor discute questões como os diferentes modos de sepultamento entre ricos e pobres, a construção dos jazigos familiares das elites e o papel das confrarias no auxílio aos pobres “(...) privados de todo meio material de adquirir intercessores espirituais” (Ariès, 2012, p. 129), observando-se, portanto, diferenças “entre as atitudes existenciais diante da morte do rico e do pobre” (Ariès, 2012, p. 105).

A existência dessa diferença quanto às atitudes diante da morte de acordo com o segmento social também é apresentada na historiografia brasileira. Exemplo disso são as discussões apresentadas por João José Reis (1991) em seu já citado trabalho. As pompas fúnebres apresentadas por este historiador ao longo de sua obra constituem um forte exemplo de como a morte pode tornar-se um momento no qual reforçam-se distinções sociais, incluindo-se nisso as variações nos modos de velar e sepultar o morto a partir de sua posição na sociedade baiana do século XIX.

Outros estudos também abordam esse aspecto, sendo pertinente citar, a título de exemplo, as distinções observadas em pesquisas recentes que discutem o sepultamento de pessoas escravizadas. Em artigo publicado em 2012, por exemplo, Claudia Rodrigues e Milra Nascimento Bravo discutem as hierarquias existentes no período escravista, identificando que as sepulturas dos negros eram organizadas conforme sua origem, observando que “[...] enquanto os corpos dos crioulos tinham ‘maior distribuição’ entre as igrejas matrizes, os dos africanos estavam concentrados nas igrejas de irmandades e ordens terceiras de negros” (Rodrigues e Bravo, 2012, p. 6). Assim, demonstram que “[...] as hierarquias sociais diante da morte estavam presentes mesmo entre os negros. Os mais privilegiados socialmente tinham um lugar de enterro que também era almejado pelos indivíduos com menos posses” (Rodrigues e Bravo, 2012, p. 7). Em texto mais recente, de 2023, Claudia Rodrigues e Marcio de Sousa Soares argumentam em favor de uma visão que vá além de uma dicotomia sobre os ritos funerais nas sociedades católicas escravistas, reforçando a existência de hierarquias nos locais das sepulturas dos escravizados, bem como o fato de que haviam situações nas quais pessoas de posses com posição social privilegiada pediam por funerais mais simples, com objetivo de alcançar a salvação por meio da prática da humildade. Para os autores, apesar de a América portuguesa dar continuidade à naturalização das desigualdades, como se fazia no reino católico de Portugal, é possível identificar que “[...] várias estratégias foram criadas por pessoas de segmentos sociais que não pertenciam originalmente à nobreza da terra a fim de alcançar alguma mobilidade social ascendente” (Rodrigues e Soares, 2023, p. 365). No caso dos escravizados, ressaltam: “A maior ou menor proximidade da experiência da escravidão ou da liberdade exerceria significativo impacto sobre ações do cotidiano, visões de mundo e rituais civis e religiosos, a exemplo dos funerais” (Rodrigues e Soares, 2023, p. 365).

Diante de tais observações, um aspecto aqui considerado relevante de ser discutido são as práticas relacionadas à busca pela elaboração de uma noção de prestígio social na hora da morte, privilegiando-se como fontes obituários da imprensa periódica, entendendo-os como um tipo de documento que possibilita analisar as relações entre as esferas social e cultural (Chartier, 1988) a partir da maneira como fala-se da morte e do morto. Por obituários, entenda-se os textos publicados em periódicos que objetivam informar o falecimento de um indivíduo, bem como homenageá-lo. Cabe ressaltar que a intenção de utilizar a escrita como uma forma de legar uma memória sobre o morto é observada desde os *Libri memorialis* que, segundo Fernando Catroga (2010), também foram chamados de necrófagos ou obituários a partir do século XVII. Conforme aponta o autor:

Estes continham o nome de pessoas, geralmente já mortas, de quem se pretendia guardar memória mediante o recurso a fórmulas como estas: “aqueles ou aquelas cuja memória lembramos”; “aqueles de quem escrevemos os nomes para guardarmos na memória”. A escrita (a leitura) é elevada a garante material de memória (Catroga, 2010, p. 175).

Os obituários em questão apresentam informações sobre pessoas de cidades sertanejas do Rio Grande do Norte, e foram publicados no século XIX, especialmente no recorte temporal de 1867 a 1897. O recorte espacial justifica-se pela intenção de investigar esse aspecto ainda não abordado na historiografia que versa sobre a história da morte no referido espaço, embora já existam trabalhos que contribuem significativamente com as discussões sobre o tema, abarcando questões como a arte funerária, os testamentos e os ritos fúnebres (Santos, 2011; 2013; Silva e Medeiros, 2016). A opção de estudar a relação entre prestígio social e morte a partir de obituários publicados em tal espaço também ocorre pelo interesse de entender como, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos do século XIX, as atitudes diante da morte - especialmente no tocante às diferenciações por segmento social - assemelham-se ao que apresenta a bibliografia do tema. É importante ressaltar ainda que “sertão”, aqui, é entendido como um recorte espacial simbólico (Neves, 2003) o qual é visto

enquanto construção histórica atribuída a diferentes e variados lugares, trazendo à tona narrativas espacializantes entre litoral e interior, entre o mundo rural e suas conexões com o urbano. No plural, eles são espaços vividos, recheados de tensões e disputas políticas, ideológicas e teóricas (Rodrigues, Santos e Albuquerque Júnior, 2024, p. 7).

Desse modo, é importante frisar que os dados deste artigo tratam especificamente do sertão nordestino, embora possam não ser exclusividade desse espaço, já que “sertão” constitui uma

categoria atribuída a diferentes espaços e tempos pode nos ajudar a desnudar os ritmos e as nuances das atitudes perante a morte em contextos diversos, indicando experiências singulares, rupturas e continuidades nos muitos brasis construídos entre sertões secos e molhados, de rios e florestas, frios e quentes, de conflitos e resistências (Rodrigues, Santos e Albuquerque Júnior, 2024, p. 21).

Quanto ao período selecionado, primeiramente, trata-se do interesse pelo século XIX, investigando-se essa prática em um momento no qual a morte ainda não se encontrava na situação de interdito, como aponta a historiografia. Além disso, dado o interesse em observar como os obituários eram apresentados na imprensa periódica, as fontes obtidas por meio de consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional contemplam esse recorte específico.

Estando assim justificada a problemática da pesquisa e seu recorte, o texto foi estruturado apresentando, inicialmente, uma contextualização sobre o período estudado, em especial quanto às práticas e representações da morte no Brasil do século XIX. Em seguida, realiza-se a análise e discussão das fontes, mostrando-se como a elaboração discursiva dos obituários de periódicos que versam sobre falecidos ligados a pequenas cidades sertanejas norte-rio-grandenses buscavam reforçar o prestígio social de pessoas com uma determinada condição socioeconômica, tanto a partir de uma perspectiva de demonstração pública do sofrimento de pessoas próximas ao falecido, como também fazendo-se usos políticos do espaço do obituário. Por fim, apresenta-se a discussão final, destacando-se a intenção de demonstrar o potencial de fontes da imprensa periódica para o estudo da história da morte nos sertões.

### **A morte no Brasil do século XIX**

Do ponto de vista ocidental, Philippe Ariès (2012) declarou que, a partir do século XVIII, a morte tornou-se algo exaltado, dramatizado e até mesmo desejado, embora, ao mesmo tempo, as pessoas estivessem se ocupando menos de sua própria morte. Porém, atualmente, existem discussões a respeito dessa afirmação. Na historiografia brasileira sobre o tema — a exemplo dos autores citados ao longo deste artigo —, é presente o entendimento de que, no século XIX, as pessoas mantinham essa atenção, como mostram as investigações de fontes como os testamentos. De todo modo, mesmo no caso do trabalho citado historiador francês que fala dessa menor ocupação, há a percepção acerca de uma preocupação com a morte do outro que, para ele, assume as seguintes características: “[...] romântica, retórica, é antes de tudo a morte do outro - o outro cuja saudade e lembrança inspiram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e dos cemitérios” (Ariès, 2012, p. 66). Portanto, é relevante compreender como, no Brasil, esse modo de perceber a morte pode ter influenciado a elaboração dos obituários na imprensa periódica.

João José Reis (1991), ao estudar as práticas relacionadas à morte no Brasil do século XIX, destacou a existência de um catolicismo lúdico, espetacular e barroco, que seria, para o autor, “[...] o principal veículo de celebração da morte” (Reis, 1991, p. 70). Esse aspecto apresenta uma relação com a concepção europeia, resultando em funerais caracterizados pela pompa, especialmente tratando-se de pessoas com boas condições financeiras (Reis, 1991, p. 74). Na Inglaterra, por exemplo, o retorno da pompa relacionada à morte nesse período — que não costumava ser frequente devido à tradição protestante instaurada no país —

significou um tipo de julgamento do morto pela sociedade, refletindo-se, inclusive, na expansão do mercado funerário inglês (Reis, 1991, p. 80).

O historiador baiano também destaca a preocupação existente nessa época quanto ao que nomeia como “formas de bem morrer”, oriunda da influência de portugueses e africanos que tinham “[...] a concepção moral de que bons e maus mortos teriam destinos diferentes” (Reis, 1991, p. 90). A boa morte seria, então, uma concepção de preparação para a hora da morte, concepção essa desenvolvida a partir de um interesse em cuidar bem dos mortos que, segundo o autor, parte de uma crença comum em muitas sociedades quanto à necessidade de cumprimento de ritos funerários para que o falecido seja integrado de maneira adequada ao mundo dos mortos, acreditando-se em sua capacidade de “[...] interceder pelos vivos junto aos deuses, inclusive facilitando-lhes a futura incorporação na comunidade dos mortos” (Reis, 1991, p. 90). Como mostra Claudia Rodrigues em sua obra “Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro” (1997), mesmo no século XIX, quando o saber médico contribuiu para as transformações nas práticas de sepultamento cristãs trazidas pelo colonizador, isso não significou uma ausência de preocupação e investimentos simbólicos e materiais com relação aos mortos; significou, na verdade, sua relegação às instâncias da esfera privada. Os ritos passaram a ser mais privados, embora mantendo-se práticas como a busca dos sacramentos e a encomenda do defunto, estas ligadas às tradições católicas (Rodrigues, 1997, p. 257).

Essa preocupação resultava em ritos fúnebres de caráter religioso, voltados para garantir que a alma do morto não ficasse penando pelo mundo dos vivos (Reis, 1991, p. 114-115), bem como em práticas que objetivavam honrar a memória do falecido, resultando, inclusive, em gastos financeiros significativos. Exemplos que podem ser citados são os gastos envolvidos no anúncio da morte e na preparação para o velório. Destacam-se especialmente a decoração para o luto conhecida como “armar a casa” (Reis, 1991, p. 128); a “missa de notícia” para avisar da morte e a encomenda de cartas-convite (Reis, 1991, p. 128), ressaltando-se que “[...] sobretudo a partir da Independência, apareceram as cartas impressas, que se tornaram produtos freqüentes [sic] em anúncios de jornais” (Reis, 1991, p. 129). Juliana Schmitt (2022) aponta que o próprio vestuário de luto, norteado no século XIX por rigorosas normas influenciadas pela era vitoriana, também era uma maneira de honrar a memória do morto:

A praxe era adotar um vestuário adequado imediatamente após um falecimento, mas vestir-se de preto era o mínimo que se esperava nessas circunstâncias. A etiqueta social tentava prever exatamente o que podia ou

não ser usado, as cores permitidas e a proibidas, os materiais adequados e os rejeitados, de acordo com o grau de parentesco com o falecido, vínculo que também servia para estimar o tempo de duração do luto. A preocupação não era apenas em desobedecer às regras de sociabilidade, mas ofender a memória do morto (Schmitt, 2022, p. 267).

É pertinente citar ainda os apontamentos de Claudia Rodrigues (2005) na obra “Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)” a esse respeito, pois, para a autora, a secularização observada no processo de criação dos cemitérios públicos no século XIX não representou ausência de preocupação com a morte. É verdade que esse processo gerou uma tensão, pois os cemitérios, embora fossem espaços públicos, ainda apresentavam alguma influência religiosa, uma vez que contavam com o ato da bênção. Por outro lado, havia a reserva de espaços não bentos para o sepultamento de não católicos.

Estudando o assunto especificamente na região do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, Alcineia Rodrigues dos Santos (2011) também identificou esse tipo de atitudes nesse recorte espacial, no período em questão. Por exemplo, para a autora, a “[...] preocupação com o bem morrer foi um dos fatores determinantes da existência das irmandades no Seridó” (Santos, 2011, p. 61), sendo elas responsáveis, nesse contexto, pela garantia de uma “boa morte” para muitos. Além disso, a historiadora aponta também a relação entre as pompas fúnebres e o prestígio social almejado:

O comparecimento dos parentes e amigos, além dos sacerdotes, era uma importante fonte de orações pelas almas dos falecidos. Além disso, não se dispensava o dobre dos sinos das igrejas, como uma forma de anunciar o cortejo e, assim, demonstrar o prestígio do defunto. Essa estrutura variava de acordo com as posses do moribundo, diferenças que se percebiam pela pompa fúnebre (Santos, 2011, p. 62).

Em outro texto, Santos (2013) também relaciona essa relação entre as pompas fúnebres — ligadas ao catolicismo — e as relações sociais, demonstrando como a morte era, de fato, um importante aspecto da vida social no século XIX:

No período que compreende o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a população do Seridó tinha todo um cuidado com a organização da morte. Esta coexistia instalada no seio de sua vida social. A difusão da idéia cristã que guarda a felicidade no além propiciava certa proximidade com a morte, tornando ao mesmo tempo assustosa e intimamente familiar. Essa cultura, no entanto, começa a se transformar no ano de 1856, devido à incidência de surtos epidêmicos em toda a capitania do Rio Grande do Norte (Santos, 2013, p. 49).

Em suma, vê-se com esses exemplos que, no século XIX, as famílias “[...] se esforçavam por fazer dos enterros de seus membros um importante acontecimento social”

(Reis, 1991, p. 129), a ponto de observar-se que o desejo pela pompa fúnebre era “[...] registrado nos testamentos de um grande número de pessoas, situadas em vários níveis sociais” (Reis, 1991, 152).

A partir disso, comprehende-se que é possível relacionar os obituários da imprensa periódica aos intentos de prestígio social associado à honra da memória do morto, razão pela qual se apresenta, em seguida, a análise de alguns exemplos que corroboram essa hipótese no recorte espacial aqui abordado.

### **Demonstrações públicas de sofrimento ligado ao luto nos obituários**

Partindo do ponto de vista sociológico, Deyvid Santos Morais (2020) estudou obituários contemporâneos e ressaltou que “[...] não são fatos aleatórios que constituem a identidade escrita no obituário, mas sim um manejo para que as informações não revelem grandes contradições sobre a pessoa” (Morais, 2020, p. 79). Desse modo, vê-se que, para analisar esse tipo de fonte no contexto do período ora analisado, é necessário ter em conta as intencionalidades por parte de quem as elabora — os obituaristas — e de quem encomenda sua publicação — geralmente os familiares do morto —. Ou seja, trata-se de pensar esses textos enquanto um suporte para a memória do morto, no contexto de continuidade com a preocupação em prestar homenagens e legar uma memória positiva em relação à pessoa falecida. Com a secularização dos cemitérios, as pompas fúnebres passaram por um processo de diminuição e a relação com os mortos passou a assumir um caráter mais privado. Nesse contexto, os obituários publicados em jornais podem ser vistos como uma forma de tornar público o luto e a memória do morto. Tal noção dialoga com o que diz a historiografia que aborda o uso da imprensa como fonte e objeto de investigação histórica, a qual ressalta a importância de entendê-la como força social ativa e, por isso, considera-se necessário relacioná-la ao campo de lutas sociais do qual é parte (Cruz e Peixoto, 2007).

Ao buscar os obituários publicados no século XIX nos sertões do atual estado do Rio Grande do Norte na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, obteve-se acesso a jornais publicados diretamente a partir de cidades sertanejas, bem como alguns da Capital Natal, nos quais pessoas do interior também encomendavam publicações obituárias que circulavam por boa parte da província e, posteriormente, estado<sup>2</sup>. Entende-se que observar essas publicações demonstram a semelhança de práticas dos grandes centros urbanos nas áreas interioranas do país. O fato de que ocorrem publicações em jornais da capital podem significar também o

<sup>2</sup> Observação feita considerando-se a mudança na nomenclatura de províncias para estados após a Proclamação da República, ocorrida em 1889.

interesse em maior alcance e circulação dos obituários, demonstrando a preocupação de amigos e familiares do morto em publicizar seu luto e a memória do falecido. Assim, a discussão sobre o que se observou nos obituários estudados versará sobre dois aspectos que se destacaram em sua análise: as demonstrações públicas de sofrimento ligado ao luto, bem como o reforço do prestígio social dos falecidos de acordo com sua posição social e vínculos políticos.

Quanto ao primeiro aspecto, nos textos cujo conteúdo é marcado pelo tom emotivo e pessoal, parece existir uma necessidade de demonstrar o sofrimento do luto publicamente. Trata-se, portanto, de obituários nos quais as notas de falecimento ou convites para missas fúnebres são acompanhadas da descrição do sofrimento de pessoas próximas que encomendam essas publicações.

Cabe citar alguns exemplos. Inicialmente, há os casos de familiares que publicam nos jornais seus desabafos sobre o luto que vivem, como é o caso da publicação referente aos sentimentos de Miguel Ferreira de Mello sobre a morte de seu pai, o tenente Francisco Ferreira de Mello, falecido na província de Pernambuco em 1867, encontrada no periódico *O Assuense*:

Sim, meu chorado pai, a hervada setta que ulcera o magoado coração do teu amargurado filho aniquilado pelo frio sopro [sic]<sup>3</sup> do tempestuoso aquilão do azar, é duplo o seu efeito: ella fere-me o material involucro cravando a aguedesa de sua extremidade na séde do meu coração perpetua separação deste mundo todo illusão, e d'ahi penetra mo n'alma com igual impiedade (*O Assuense*, 11/09/1867, p. 3).

Nota-se no trecho acima o tom pesaroso e pessoal do conteúdo da publicação. Esse tom é observado nos demais exemplos observados nos obituários desse tipo, quer dizer, encomendados por familiares que buscam publicizar o luto. Outro exemplo que reforça isso, também proveniente da cidade de Assu, trata-se do desabafo de uma filha sobre a morte de seu pai, o alferes Manoel Fernandes de Souza, em 1877. O texto acompanha o informe sobre a missa que a família mandara rezar em sua memória, bem como dedicando-lhe os seguintes versos, de autoria não indicada: “Dorme! — tuas noites perturbar não quero; Deixa que espalhe apenas sobre a lousa/ Estas flores mirrhadas que bem mostram/ Minha dor e saudade” (*Brado Conservador*, 16/02/1877, p. 4).

<sup>3</sup> Considerando-se as diferenças da ortografia do século XIX em relação à atual, bem como observando-se casos em que a fonte apresenta alguns detalhes que parecem constituir equívocos de digitação, optou-se por não utilizar ao longo de todas as citações diretas a expressão *sic* para sinalizar erros ortográficos nos textos das fontes. Portanto, o artigo segue citando-os tal como aparecem no documento e recomenda-se ao leitor que considere os aspectos aqui apontados.

Mas as demonstrações públicas de sofrimento nos jornais não se restringiam apenas à família. Na *Gazeta do Natal* (29/08/1888, p. 3), por exemplo, consta homenagem feita por um homem chamado Manoel Virgolino, residente em Mossoró, para seu amigo, o comerciante Francisco da Silva Nobre, pernambucano que viveu no Rio Grande do Norte desde a infância e faleceu em Natal, em 1888. Publicar homenagens fúnebres em jornais parece também ter sido uma maneira de amigos afastados geograficamente expressarem suas condolências diante da impossibilidade da presença física na ocasião da morte de alguém. Note-se que o autor do texto estava em Mossoró e o publicou em um jornal natalense, possivelmente para que pessoas próximas do falecido tivessem acesso à publicação. Outro caso que demonstra isso é proveniente da Cidade do Príncipe, atual município de Caicó: O Capitão Januncio S. da Nóbrega publicou no jornal *O Povo* (03/04/1892) um convite para missa encomendada para as almas de seu colega falecido, Joaquim Francisco de Vasconcellos, bem como do filho deste, João Epaminondas de Vasconcellos. No texto, o Capitão também informa a causa trágica da morte de João Epaminondas de Vasconcellos, que fora assassinado em Fortaleza, bem como informa que o pai do jovem prestara serviço militar na Cidade do Príncipe entre 1864 e 1877. Pelo conteúdo da mensagem, percebe-se que a intenção é homenagear pai e filho devido à passagem dessa família pela cidade em determinado período, razão pela qual o Capitão encomenda a missa e a anuncia no jornal, relembrando as contribuições do militar àquela sociedade. Além da consideração do colega de profissão em demonstrar seu pesar pelo falecimento de outro militar e seu filho, nota-se também que a homenagem também apresenta a característica de ser associada à posição social do falecido, nesse caso, sua profissão. Tal aspecto é discutido na seção seguinte deste artigo, a partir de outros exemplos semelhantes.

Além disso, encontrou-se também um longo discurso fúnebre que fora publicado após ser lido em um sepultamento. Trata-se do discurso realizado por um professor de Pau dos Ferros, Joel Ely Peixoto de Brito, na ocasião do sepultamento de seu amigo, o tabelião daquela cidade, Francisco da Costa Passos. O trecho a seguir demonstra o tom emotivo e pesaroso do texto:

Eu deixo de parte os prazeres ephemerous, que perfumão as estações seductorás, os risos festivos da mocidade louca, embriagada pelas delícias dos praseres; esqueço tudo diante deste lugubre apparato de consternação e luto que recorda mais uma existencia perdida, mais uma família entregue a amargura e ao pranto (*Correio do Natal*, 10/06/1880, p. 4).

Vale ressaltar que o discurso fúnebre, no ato do sepultamento, constituía uma das pompas relacionadas à hora da morte. Sua publicação permite observar que essas

demonstrações não eram restritas ao obituário que informava o falecimento de alguém, podendo estender-se como outra forma de demonstração de pesar após os ritos fúnebres. Por isso, publicar o discurso no jornal também poderia ser visto como uma maneira de publicizar o luto e a memória do falecido.

A historiografia apresenta alguns apontamentos que podem explicar esse tipo de prática. Michel Vovelle (1991) escreveu sobre a existência de discursos organizados sobre a morte, percebendo-os como algo que segue transformando-se ao longo do tempo e indicando a possibilidade de estudá-los por meio de diferentes fontes ligadas à mídia, onde podem ser incluídos os jornais. No caso dos obituários que, para o sociólogo Deyvid Santos Moraes (2020) estão ligados aos anseios de uma sociedade e refletem o lugar social da morte, nota-se que os textos que demonstram o sofrimento de pessoas próximas do falecido são perpassados por intencionalidades ligadas à honra e prestígio não apenas deste, mas também de si próprios — destacando-se nisso a família —, bem como refletem os valores sociais associados à morte:

O obituário reúne a história do indivíduo, mas também de valores coletivos, um encontro não somente com as normas da escrita e do jornalismo, mas também com as necessidades sociais vigentes em sua época. Anterior ao estabelecimento da imprensa como principal veículo de comunicação e circulação de informações no ocidente, a prática de relatar os mortos pelo que viveram se encontravam em outras produções, como na literatura e nas artes visuais. Os epitáfios, por exemplo, antecedem e coexistem com o obituário como objeto de representação e dos anseios da lembrança da vida após a morte (Moraes, 2020, p. 71).

Também há a questão da tradição de que a morte fosse um acontecimento público, existente no Brasil até o século XIX, quando passa a se transformar gradualmente em algo de caráter privado, como escreve Kelly Chaves Tavares (2019) sobre esse período: “[...] a morte ainda é um lócus de observação do fenômeno do nascimento da intimidade burguesa, da individualização do homem burguês que ainda contêm nos seus hábitos de vida interligados com a vida pública” (Tavares, 2019, p.135). Esse aspecto relacionava-se, inclusive, ao dever de honrar a memória do falecido, o que explica a intenção de demonstrar o luto desde as pompas fúnebres no velório e sepultamento, até os obituários. Philippe Ariès (2012) mostra que, desde a Antiguidade, a preocupação com a memória do morto é observada em práticas como as inscrições funerárias na Roma antiga, as quais significavam “[...] o desejo de conservar a identidade do túmulo e a memória do desaparecido” (Ariès, 2012, p. 62). Ainda segundo esse autor, elas reaparecem a partir do século XII, associadas a personagens ilustres, demonstrando a presença dessa prática especialmente nos segmentos sociais de maior poder aquisitivo. O sentido romântico observado pelo historiador francês, mencionado no início

deste artigo, também contribui para entender esse aspecto, uma vez que corrobora uma exaltação da morte do outro — “[...] o outro cuja saudade e lembrança inspiram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e dos cemitérios” (Ariès, 2012, p. 66).

O “culto da memória” do qual Ariès (2012) fala, está relacionado à um momento histórico em que o luto, visto como algo necessário, era vivido publicamente, refletindo-se em práticas como os textos ora analisados e que, provavelmente, além de certa “obrigação” social, também constituía uma maneira de lidar com o sofrimento diante da perda de entes queridos no século XIX. Não à toa, autores como o próprio Ariés (2012) e Juliana Schmitt (2023) veem como algo problemático a transformação pela qual a ideia de luto tem passado atualmente no Ocidente, observando-se uma ausência de rituais que, diferentemente do que ocorria nas práticas estudadas do século XIX, serviam para “[...] dar ordem, sentido e coerência à morte” (Schmitt, 2023, p. 38), demonstrando um interesse de não “[...] despachar nossos mortos apressadamente, como se coisa inútil fossem” (Schmitt, 2023, p. 38). No entanto, vale ressaltar que existem autores como Tony Walter (2012), para quem a ritualização continua existindo, embora passando por transformações significativas. Este autor britânico defende que a espiritualidade, atualmente, é compreendida mais amplamente, para além das religiões institucionalizadas, abrindo caminho para outras formas de expressões que aparecem na contemporaneidade em relação à morte:

O ponto de referência na morte, assim como na vida, não é mais Deus, mas o homem – a morte é vista como o fim da vida da pessoa, e não como o início de uma vida no céu, e após a morte somos exortados a cuidar da dor do enlutado, e não da alma do falecido. Aqueles que têm fé são livres para crer e agir de outra forma, mas tais crenças e práticas precisam ser privadas e não são mais a base – exceto no funeral – de instituições públicas. Mas o quadro não é preto no branco: a morte moderna é caracterizada tanto pela acomodação quanto pela tensão entre ideias religiosas e processos seculares e racionais; o novo discurso da espiritualidade, por exemplo, pode tanto secularizar o morrer quanto reencantá-lo (Walter, 2012, p. 133).

Assim, cabe frisar o quanto os obituários aqui analisados falam da compreensão reforçada socialmente sobre a morte entre meados e fins do século XIX, uma vez que, como aponta Fernando Catroga (2010), os discursos sobre a morte sempre falam de e sobre os vivos. Portanto, pode-se concluir que as demonstrações públicas de luto por parte de familiares e amigos nos obituários estão relacionadas à continuidade na preocupação com a morte, publicização do luto e homenagens à memória do morto no Brasil do século XIX, que assume diferentes formas diante do processo de secularização que ocorreu a partir da influência do discurso médico e higienista. Percebe-se que a tensão resultante da influência de

um discurso de cunho mais racional sobre a morte contribuiu para que fossem abertos caminhos para diferentes expressões individuais, com “o fim do padroado, a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de culto, a implementação do casamento civil e da secularização dos cemitérios” (Rodrigues, 2005, p.154). Nesse cenário, os obituários publicados nos periódicos eram um espaço pertinente para expressão do luto de forma pública, onde era possível manifestá-lo com enfoques diversos, como o prestígio social, as características da personalidade do morto, os sentimentos da família e amigos enlutados e até mesmo as ideias defendidas pelo falecido e seus entes próximos, como observado nos casos que fazem menção ao seu posicionamento político, analisados mais a frente.

Ao se pensar nas razões para essa publicização do luto dos parentes e amigos, bem como da elaboração de um discurso que busca enaltecer a memória do morto, cabe lembrar, com amparo teórico de Fernando Catroga (2010), o quanto morte e memória são próximos. Discutindo os ritos fúnebres como uma poética da ausência, o historiador português os enxerga como “[...] acto social de exorcização da morte e de restauração da ordem” (Catroga, 2010, p. 165) cuja existência pode ser entendida em razão de que a sociedade também é movida “[...] por um desejo de eternidade. E, como ela se sente e quer ser imortal, é-lhe igualmente inaceitável que os seus membros — e, mais dramaticamente, aqueles que a encarnam e com quem ela se identifica — estejam destinados a desaparecer (Catroga, 2010, p. 165). Relacionar tal compreensão com os textos dos obituários implica pensar no quanto havia, nessas publicações, um desejo de memória, tanto quanto em outros signos funerários como o epítáfio e as fotografias fúnebres, pois, como afirma Catroga: “Todo o jogo do simbolismo funerário parece apostado em edificar memórias e em dar uma dimensão veritativa ao ausente” (Catroga, 2010, p. 168).

Desse modo, comprehende-se existir nos obituários a percepção de um dever de honrar a memória do ente querido falecido, além de ser essa uma das formas de lidar com a perda de alguém próximo, cumprindo-se uma expectativa que não era apenas social e que também honrava a família, mas que era também parte do desejo de bem morrer de muitos. Significava, portanto, fazer o que entendia-se ser um benefício ao próprio falecido, que seria então lembrado.

### **Obituários que destacam a posição social e vínculos políticos do morto**

Um aspecto que também chama atenção nas fontes refere-se ao modo como apresentam-se os obituários de pessoas cujas profissões eram consideradas de significativo prestígio social. Os casos encontrados nos periódicos consultados dizem respeito

especificamente às seguintes profissões: tabelião, comerciante, juiz, jornalista e notadamente militares de diferentes patentes, além de pessoas envolvidas com a política. Em geral, os textos enaltecem os falecidos com base em suas contribuições sociais, dadas por meio de sua ocupação.

Analisando alguns exemplos, veja-se o caso de um comerciante vinculado ao partido conservador de Assú, cujo informe de seu falecimento focaliza suas qualidades destacando especialmente seu êxito como comerciante (Brado Conservador, 18/01/1881, p. 1). Também é relevante a menção feita pelo jornal *O Povo* à morte do juiz e jornalista Luiz Ferreira Maciel Pinheiro, destacando-se no texto que seu falecimento deixara a imprensa brasileira de luto (*O Povo*, 23/11, 1889, p. 2). Novamente, percebe-se presente a noção de que o *status* social da profissão era visto como algo importante de ser mencionado individualmente na nota de falecimento.

Outro caso, proveniente de Martins, apresenta a notícia do falecimento do tenente Antonio Gomes Pinto, que morrera em sua fazenda. A *Gazeta do Natal* o apresenta como um “distinto e presado amigo”, e “chefe da importante família Gomes Pinto” (*Gazeta do Natal*, 29/11/1890, p. 3), apresentando pesares aos familiares, também mencionados citando-se seus postos, sendo dois dos filhos do falecido também militares — um capitão e o outro coronel —. Veja-se que, nesse caso, além da profissão, o jornal também destaca a relevância social da família do falecido.

A fim de demonstrar a intenção que os obituários apresentam nos casos ora tratados, note-se ainda a maneira como o periódico *A Republica* destacava, em 1897, o prestígio das posições sociais alcançadas por falecido de nome Simplicio da Costa Leite, de Apody:

O Apody, essa aprazível cidade sertaneja que teve a felicidade de abrigar o cidadão Simplicio pelo espaço de 73 anos, sobre-se hoje com o triste manto do luto. O homem que acaba de desaparecer de entre os vivos não era um indolente; os relevantes serviços por elle à família e à sociedade atestam o seu zelo e actividade e fizeram-no conquistar as mais elevadas posições sociaes, que existem no alto sertão. A sociedade apodyense soube pagar os serviços, acompanhando-o à sua última e eterna morada (*A Republica*, 24/09/1897, p. 3).

Por fim, cabe ressaltar também aqueles que apresentam comentários relacionados à esfera política, enaltecendo questões como cargos e vínculos partidários do falecido. Em um caso de um falecido de Assu, uma página inteira do Brado Conservador é dedicada à homenagem fúnebre para um político local, chamado Francisco Gomes da Silva, vinculado ao partido conservador. O texto destaca suas qualidades pessoais, algumas realizações como

político e mistura às condolências alguns comentários críticos ao que o autor do texto (não identificado) considera uma “balbúrdia” dos partidos políticos na época (Brado Conservador, 16/11/1880, p. 1). Em outro exemplo, tem-se uma relação do luto com a política de maneira impessoal, sem tratar-se de uma nota de falecimento de alguém específico, mas sim de uma notícia sobre a ocorrência de mortos em conflitos políticos. Trata-se de uma notícia que, apesar de relacionada a fatos ocorridos no estado do Ceará, foi veiculada em Caicó<sup>4</sup> no periódico *O Povo*. Nela, o jornal noticia as tensões políticas vividas no estado vizinho, quando ocorriam tentativas de depor o então governador General Clarindo de Queiroz, descrevendo embates violentos e citando-os como causa de “luto e terror na família Cearense” (*O Povo*, 06/03/1892, p. 1) por ser, segundo o jornal, incalculável o número de mortos e feridos.

Assim, percebe-se que as publicações referentes ao luto em torno da morte de pessoas vinculadas à política também serviam para reforçar determinadas ideias associadas ao grupo político ao qual o morto era vinculado. Note-se que, nos exemplos citados no parágrafo anterior, é possível identificar o teor politizado dos próprios periódicos em questão. No primeiro caso, o próprio nome do jornal *Brado Conservador* revela o posicionamento político ao qual estava vinculado. Já no jornal *O Povo*, conforme explica Marcos Fernandes de Oliveira (2023), tratava-se de um periódico cujos propósitos eram “explicitamente políticos, sobretudo combatendo as concepções do partido conservador e defendendo às predileções do partido liberal” (Oliveira, 2023, p. 13). Segundo o mesmo autor, a postura dos articulistas desse jornal seridoense vinculava-se aos ideais de modernidade e progresso, percebendo-se que até mesmo ao tratar-se do tema da morte e do luto, realizava-se, no caso do exemplo citado, um julgamento político dos fatos. Isso porque, ao imporem a si próprios um papel na construção e no desenvolvimento social da região, esses articulistas dispunham-se “ao mesmo tempo, a ocupar o lugar de ‘juiz’ e de ‘preceptor’ da sociedade, em uma posição de observador da sociedade que partiria ‘de cima para baixo’” (Oliveira, 2023, p. 15).

Percebe-se então que o conteúdo desse tipo de obituário apresenta uma nítida intenção de destacar o falecido como alguém que legou uma contribuição social e cuja partida representaria uma perda não só para as pessoas próximas, mas para a comunidade, como percebeu também Morais (2020) nos obituários que analisou. Assim, esses textos são vistos por esse sociólogo como uma escrita que busca gerar a percepção de que a morte da pessoa em questão “[...] reivindique uma manifestação de pesar nos leitores em geral” (Morais, 2020, p. 71). No contexto das transformações ligadas à secularização ocorrida ao longo do século

<sup>4</sup> Trata-se do mesmo periódico publicado na antiga e já citada Cidade do Príncipe, porém, constando a mudança no nome do local para Caicó na data da referida publicação.

XIX, percebe-se então, com esses exemplos, que não apenas o discurso religioso tem espaço na formulação da memória do morto, notando-se a existência de intencionalidade associadas à elaboração de uma imagem do indivíduo e sua contribuição social a partir de sua profissão, relacionando-se às práticas que demonstram como a hora da morte é também uma hora de frisar a posição social de quem falece, como aponta Michel Vovelle (1991):

Apesar do que repetiram as velhas artes de morrer ou as danças macabras sobre a morte niveladora e equalizadora, que reduz todos os homens ao mesmo destino, nada há de mais desigual ou desigualitário do que a última passagem. Os vestígios que ela deixa são testemunhos para os ricos, porém muito menos para a massa anônima dos pobres (Vovelle, 1991, p. 137-138).

Assim, a intenção de distinguir a posição social da pessoa falecida demonstra a existência de “[...] diversas negociações entre honra, segredos e reputação” que “[...] estão de modo mais ou menos enviesados às expectativas que os outros desconhecidos fazem do falecido” (Morais, 2020, p. 76). Essas negociações caracterizam uma atitude diante da morte que enaltece não apenas o prestígio do indivíduo, mas também da família:

O elemento da honra perpassa pelo prestígio social familiar, contudo, é um conceito útil pois vai além e indica também seu caráter individual de conduta, enquanto o prestígio remete ao reconhecimento coletivo. A família (e não apenas o morto) será homenageada, para tanto, as narrativas operam sob a honra, não a honra aristocrática ou da realeza, mas fortemente ligadas a conduta do falecido e de emoldurar posições sociais ocupadas. Isto ocorre, pois, a família não só permite que as informações sejam compartilhadas, como passam também a responder por elas (Morais, 2020, p. 76).

À guisa de conclusão sobre o aspecto descrito nesta seção, nota-se que a intenção de honrar a memória do falecido também apresenta relações com a posição social e política do indivíduo. Relacionado a isso podem estar também os interesses dos próprios periódicos, assim como os da família, servindo como uma maneira de distinguir o morto para além de suas características pessoais, como fazem os obituários que versam sobre o sofrimento de quem vive o luto, os quais focalizam as qualidades pessoais do morto enquanto um familiar ou amigo estimado. Aqui, os destaque para vínculos políticos e posições sociais alcançadas enaltecem as contribuições dadas pelo falecido à sociedade, sob o ponto de vista de quem publica tais obituários.

### **Considerações finais**

A análise dos obituários em comento neste artigo revelou o potencial desses documentos como uma importante fonte para a compreensão de práticas sociais relacionadas

à morte, especialmente no recorte espacial dos sertões, na segunda metade do século XIX. Em geral, percebe-se que esses textos apresentam em comum a intenção de destacar aspectos positivos da personalidade ou das contribuições à sociedade legadas pelo morto, constituindo, portanto, um discurso que busca reforçar uma noção de prestígio social da pessoa falecida ao reafirmar a dor do luto vivido pelas pessoas próximas, como também ao sinalizar a morte de um indivíduo como uma perda para a comunidade. Assim, observa-se uma prática que demonstra a maneira de pensar a morte e o luto no Brasil do século XIX, relacionada à uma noção de serem consideradas necessárias as demonstrações públicas de luto, bem como o dever de honrar a memória do morto. Em razão disso, os jornais tornaram-se espaços nos quais essa prática foi amplamente desenvolvida, especialmente por segmentos sociais privilegiados da época.

Portanto, pode-se afirmar a possibilidade de estudar a história da morte a partir do que se publicava, em diferentes épocas, na imprensa periódica a respeito desse tema. Os obituários destacam-se quanto a isso, mas não são a única possibilidade. Inclusive, considerando-se o fato de apresentarem informações acerca de pessoas com uma condição social que permitia a possibilidade de ter um obituário publicado, nota-se uma limitação da fonte para quem decide estudar as práticas das camadas populares da população brasileira no século XIX. Todavia, nos jornais, também podem ser estudados aspectos como, a título de exemplos nos âmbitos econômico e cultural, o comércio de artigos fúnebres e as crônicas que fazem referência à morte e ao luto. Tais possibilidades auxiliam a compreender tanto os aspectos pragmáticos, bem como o imaginário em torno da morte.

Por fim, reforça-se a relevância de mais estudos sobre a história da morte, em diferentes épocas e a partir de diferentes fontes, especialmente considerando o contexto ocidental no século XXI de sua interdição como um assunto tabu na vida cotidiana (Schmitt, 2023). Nesse sentido, falar da morte a partir de uma perspectiva histórica pode ajudar a compreender que, sendo ela histórica, essa atitude de interdição observada atualmente pelos estudiosos do tema pode ser modificada. Ademais, no âmbito específico da história dos sertões, este tema pode ser relacionado também aos aspectos da historicidade desse recorte, tais como seus conflitos sociais e políticos específicos, bem como as questões ambientais, auxiliando a compreender como se deu, no sertão nordestino, a elaboração de práticas culturais específicas diante da morte.

## **Fontes**

**A PEDIDO. Correio do Natal.** Natal, 10 jun. 1880, n. 68, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=822493&Pesq=luto&pagfis=72>. Acesso em: 28 maio 2025.

**A SENTIDA MORTE DE MEU PATRÍCIO, COLLEGA E ESPECIAL AMIGO FRANCISCO DA SILVA NOBRE. Gazeta do Natal.** Natal, 20 ago. 1888, n. 69, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721166&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=259>. Acesso em: 28 maio 2025.

**COSTA LEITE. A República.** Natal, 23 set. 1897, n. 191, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138924&pesq=luto&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=81>. Acesso em: 28 maio 2025.

**FALLECIMENTO. Gazeta do Natal.** Natal, 29 nov. 1890, n. 194, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721166&pesq=f%C3%BAnebre&pasta=ano%20189&pagfis=718>. Acesso em: 28 maio 2025.

**JOAQUIM FRANCISCO DE VASCONCELLOS E JOÃO EPAMINONDAS DE VASCONCELLOS. O Povo.** Cidade do Caicó, 03 abr. 1892, n. 14, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767611&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=536>. Acesso em: 28 maio 2025.

**MACIEL PINHEIRO. O Povo.** Cidade do Príncipe, 23 nov. 1889, n. 38, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767611&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=125>. Acesso em: 28 maio 2025.

**NOTÍCIAS - ESTADO DO CEARÁ. O Povo.** Cidade do Caicó, 06 mar. 1892, n. 10, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767611&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=519>. Acesso em: 28 maio 2025.

**O CAPM JOSÉ GOMES DE AMORIM. Brado Conservador.** Cidade do Assu, 18 jan. 1881, n. 83, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713953&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=285>. Acesso em: 28 maio 2025.

**O DOUTOR FRANCISCO GOMES DA SILVA. Brado Conservador.** Cidade do Assu, 16 nov. 1880, n. 80, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713953&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=273>. Acesso em: 28 maio 2025.

**RECORDAÇOES E SAUDADES. O Assuense.** Cidade do Assu. 14 set. 1867, n. 25, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817350&pesq=f%C3%BAnebre&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25>. Acesso em: 28 maio 2025.

**UMA LAGRIMA. Brado Conservador.** Cidade do Assu, 16 fev. 1877, n. 18, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713953&pesq=luto&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25>. Acesso em: 28 maio 2025.

## Referências bibliográficas

ARIÉS, Philippe. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **Artcultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 13 set. 2025.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MORAIS, Deyvid Santos. Entre obituários, honra e segredos: um olhar sobre as possibilidades de campo no espaço biográfico. **Emblemas**, Catalão, v. 17, n. 2, p. 70-82, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/emblemas/article/view/53196>. Acesso em: 22 abr. 2025.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Cultural. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p.153-162, mai. 2003. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3940>. Acesso em: 28 dez. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Fernandes de. Jornal “O povo”: cultura, poder e imprensa no Seridó Potiguar (1889- 1892). **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.118-133, mai-ago 2023.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Claudia; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, Cemitérios e Hierarquias no Brasil Escravista (séculos XVIII e XIX). **Habitus**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 3-19, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2478>. Acesso em: 11 set. 2025.

RODRIGUES, Claudia; SOARES, Marcio de Sousa. Sepulturas de escravos e a materialização da desigualdade diante da morte no Rio de Janeiro colonial. **Habitus**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 362-385, ago./dez. 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/13423>. Acesso em: 13 set. 2025.

RODRIGUES, Claudia; SANTOS, Cícero Joaquim dos; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (org.). **A morte e o morrer nos sertões do Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2024.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação dos cemitérios no Seridó, século XIX e XX**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. Cemitérios no Seridó, século XIX: construindo uma pesquisa. **Revista Inter-Legere**, Natal, v. 1, n. 12, p. 48-76, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4194>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SCHMITT, Juliana. Os tempos do luto em impressos brasileiros na segunda metade do século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 49, p. 263-283, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/88pKShJbnFkh6GyYJGVqzRS/#:~:text=As%20regras%20do%20vestu%C3%A1rio%20de,nem%20sempre%20concordavam%20entre%20si..> Acesso em: 23 abr. 2025.

SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2023.

SILVA, Victor Rafael Limeira da; MEDEIROS, Lucas Gomes de. Contos e prantos da memória sertaneja sobre os rituais fúnebres nas décadas de 30 a 60 do século XX. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, Coimbra, v. 16, n. 1, p. 497-518, jun. 2016. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259\\_16\\_22](https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_16_22). Acesso em: 28 maio 2025.

TAVARES, Kelly Chaves. Sobre a morte e o morrer no século XIX: um diálogo historiográfico com a modernidade. **Complexitas: Revista de Filosofia Temática**, Belém, v. 4, n. 2, p. 129-136, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/8056>. Acesso em: 27 abr. 2025.

VOVELLE, Michel. Sobre a morte. In: VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 127- 150.

WALTER, Tony. Secularization. In: PARKES, C.M.; YOUNG, W.(orgs). **Death and Bereavement Across Cultures**. Londres: Routledge, 2015, p. 133-148.

*Submetido em: 29 maio 2025*

*Aceito em: 06 set. 2025*